

António Firmino da Costa, Patrícia Ávila e Sandra Mateus, **Públicos da Ciência em Portugal**, Lisboa, Gradiva, 2002, 193 páginas.

A preocupação com a relação entre a ciência e o público, especificamente o que a população em geral sabe de ciência e o que pensa dela, não é recente. Data, pelo menos, dos anos 50, consubstanciada exemplarmente no ensaio de C. P. Snow sobre as duas culturas, no qual o autor lamentava a secundarização da cultura científica face à cultura humanista, ou seja, a ausência da ciência do leque de saberes esperado dos cidadãos. No entanto, é em meados dos anos 80 que este assunto adquire especial acuidade e se torna alvo de preocupação e intervenção política. O momento que marca o início desta nova fase terá sido a publicação do relatório da Royal Society em 1985, no qual eram identificadas baixas taxas de conhecimento e de confiança na ciência entre a população britânica, exortando-se o governo a tomar medidas. Desde então, por toda a Europa, têm-se multiplicado tanto os instrumentos de diagnóstico (inquéritos à cultura científica, estudos, grupos de trabalho) como as iniciativas de intervenção (promoção do ensino experimental nas escolas, da formação em jornalismo científico, da edição de publicações científicas, criação de museus e centros de ciência, estabelecimento de agências governamentais especializadas, etc.)¹.

Em Portugal, o tardio desenvolvimento do sistema científico, sobretudo devido a constrangimentos políticos, adiou uma maior atenção prestada à questão da cultura científica para a segunda metade da década de 90². Ainda que se possam identificar estudos sociológicos e iniciativas políticas anteriores, esporádicas e descontinuadas, é a partir da criação do Ministério da Ciência e Tecnologia que é datável uma intervenção política mais sistemática (materializada no programa «Ciência Viva») e também um reforço da investigação sobre estas matérias³.

Todavia, a preocupação com a cultura científica não é um monopólio do Estado. Se sob o regime autoritário a Fundação Gulbenkian funcionou em Portugal como um «ministério da cultura e ciência» alternativo, em democracia o seu papel nestas áreas continua a não ser despreciando. No domínio da sensibilização para a ciência, é de destacar uma política continuada de edição (de livros, mas também, até 2000, de uma das poucas revistas de divulgação científica

and Public Understanding of Science, Julho de 2002.

² V. Maria Eduarda Gonçalves e Paula Castro (2003), «Science, culture and policy in Portugal: a triangle of changing relationships», in *Portuguese Journal of Social Sciences*, 1 (3), pp. 157-173.

³ A título de exemplo, os estudos promovidos pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias, mas também os trabalhos de Patrícia Ávila, Eduardo de Freitas, Paula Castro, Joana Duarte, Maria Eduarda Gonçalves, João Arriscado Nunes, Pedro Casaleiro, entre outros.

em Portugal, a *Colóquio/Ciências*), o acolhimento de conferências científicas e seminários dirigidos ao grande público (sendo de realçar o ciclo de colóquios «Despertar para a ciência», organizado em parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que decorreu ao longo de 2003) e ainda o apoio à produção de programas audiovisuais e à realização de exposições científicas e o reforço dos meios de ensino experimental das ciências nas escolas.

O presente livro resulta de uma encomenda feita pela Fundação Gulbenkian ao Centro de Investigação e Estudos de Sociologia — CIES (ISCTE), em 2000, para a realização de um estudo sobre a receptividade da população portuguesa a revistas sobre ciência, com o objectivo de repensar a edição da revista *Colóquio/Ciências*. No âmbito do problema mais vasto da relação entre a esfera científica e a população em geral, foi escolhida a vertente comunicacional e, dentro desta, o veículo das revistas científicas, consideradas duplamente como um «sintoma dos níveis de cultura científica» e um «instrumento de formação» da mesma (p. 16). A equipa liderada por António Firmino da Costa propôs-se não só caracterizar o público consumidor de revistas científicas, mas também compreender as razões para a não leitura e, ulteriormente, a justificação para o «fraco número, reduzida articulação e durabilidade precária das revistas de divulgação científica» (p. 18). Face a um contexto pretensamente favorável à expansão de um

público potencial para as revistas, com o incremento dos níveis de escolaridade e com a recomposição sócio-profissional da população, e atendendo à maior atenção social de que a ciência tem beneficiado (patente no crescimento do mercado dos livros de divulgação científica, no surgimento de secções de ciência nos jornais, no programa «Ciência Viva»), carece de explicação o «facto de em Portugal não haver, no presente, edição própria consolidada e alargada de publicações periódicas sobre ciência [...] dirigidas a um público mais amplo que o dos profissionais de ciência» (p. 20).

Atendendo a esta ausência, para efeitos do presente estudo, considerou-se uma noção alargada de revistas científicas, que inclui tanto as revistas especializadas, dirigidas a profissionais, como as interdisciplinares, consumidas por um público eclético de cientistas, estudantes e elites intelectuais, como as revistas de divulgação científica e ainda publicações «híbridas», com secções de ciência a par de secções de cultura, temas utilitários, etc.; foram abrangidas as revistas nacionais, mas também as estrangeiras. O método utilizado consistiu na realização de um inquérito por questionário à população portuguesa, acompanhado de entrevistas individuais ou de grupo a agentes implicados na divulgação científica, assim como levantamentos documentais e o contacto directo com pontos de venda das publicações consideradas.

O enquadramento teórico deste trabalho é apresentado num capítulo

inicial, que resume em breves traços o recente debate em torno das distintas mas convergentes concepções de divulgação científica, compreensão pública da ciência, comunicação da ciência, ciência nos *media*, consumo da ciência, crítica pública da ciência e cultura científica.

Os primeiros dados empíricos apresentados dizem respeito à (expectável) baixa taxa de leitura de revistas científicas. Mesmo atendendo a uma concepção alargada de revistas científicas, apenas 9% dos respondentes praticam uma leitura regular (semanal ou mensal), valor que, adicionado ao dos leitores ocasionais (17%), conduz à constatação de que apenas um em cada quatro portugueses tem algum contacto com revistas científicas. Estes dados são consentâneos tanto com as baixas taxas de leitura em geral (de livros e publicações periódicas) como com os baixos índices de consumo de meios de divulgação da ciência e de cultura científica em Portugal⁴. A caracterização sociográfica dos leitores de revistas científicas segue também um padrão esperado: são adultos jovens, estudantes ou com um nível de escolaridade superior. Apesar de o objecto deste trabalho se restringir ao caso português, poderia ser neste domínio pertinente estabelecer algumas comparações com os dados existentes sobre os consumos

de revistas e outros meios de divulgação científica noutros países europeus.

Os autores da obra procuraram, no entanto, não se cingir ao público efectivo das revistas, mas sim compreender igualmente os seus públicos potenciais. Conferiram então uma importância central ao conceito de modos de relação com a ciência. Com base num conjunto alargado de indicadores (práticas de leitura de revistas, outras práticas de contacto com informação científica, contexto de utilização da ciência, avaliações subjectivas de conhecimentos científicos, concepções sobre as consequências do desenvolvimento científico, preferências relativas aos conteúdos das revistas de ciência), foram identificados sete perfis-tipo de relação com a ciência: os envolvidos, os consolidados, os iniciados, os autodidactas, os indiferentes, os benevolentes e os retraídos. O fulcro deste trabalho reside então na caracterização destes perfis-tipos, não só sociográfica, mas também no que respeita a práticas, preferências, concepções e atitudes perante a ciência, estilos de vida e padrões culturais.

No capítulo seguinte são exploradas as práticas de procura e recepção da informação científica, nomeadamente o consumo de livros, programas de televisão, museus e centros de ciência, bem como as razões invocadas para a leitura ou não leitura das revistas. Seguidamente é efectuado o cruzamento entre a leitura de publicações periódicas científicas e outras práticas culturais e

⁴ V. Eduardo Freitas e Patrícia Ávila (2000), *Inquérito à Cultura Científica dos Portugueses 2000, Relatório Preliminar*, Observatório das Ciências e das Tecnologias.

formas de lazer, constatando-se uma correlação entre a proximidade à ciência e a proximidade à cultura erudita. Os perfis de relação com a ciência são subsequentemente associados a trajectos de vida, que incluem a experiência de investigação científica, os contextos pessoais ou profissionais de contacto com a ciência, a auto-avaliação dos conhecimentos detidos, e confrontados com as diferentes concepções de ciência mobilizadas pelos indivíduos, em termos de métodos, de procedimentos, de resultados e de consequências sobre a sociedade. Por último, são analisadas as características desejadas pelos inquiridos numa revista científica (conteúdos, temas, qualidade e acessibilidade da informação). Ainda que possa ser tecnicamente questionável o cruzamento dos perfis-tipo com as variáveis que lhes deram origem, os dados apresentados permitem obter uma imagem muito completa e plurifacetada dos múltiplos públicos da ciência em Portugal.

Este estudo é ainda complementado com uma secção adicional respeitante ao pólo oposto ao do consumo da ciência: o da produção. Reunindo umas dezenas de cientistas, divulgadores, jornalistas, estudantes e professores do ensino secundário e superior, em entrevistas individuais ou de grupo, foi-lhes pedido que traçassem um perfil possível de uma revista de divulgação científica em Portugal. Entre os temas abordados encontram-se os potenciais públicos, os autores preferenciais (cientistas, jornalistas ou ambos), os conteúdos (temas, for-

mas de exposição da informação) e ainda questões mais pragmáticas, como as estratégias de distribuição e os suportes de divulgação da informação.

A presente obra é de facto exemplar do contributo que as ciências sociais podem dar para o desenvolvimento da cultura científica⁵. Os dados e conclusões que permite extrair tanto relativamente aos públicos como às opiniões dos produtores/divulgadores de ciência terão, espera-se, um papel crucial na concepção e lançamento de uma futura revista de divulgação científica em Portugal. No entanto, resta a dúvida se as ciências sociais estarão incluídas no leque das ciências que carecem de divulgação e compreensão. Até ao momento, a preocupação com as questões da cultura científica tem-se restringido às ciências «duras»: ciências exactas, ciências naturais, ciências da engenharia. Caberá aos investigadores sociais pugnar também pelo reconhecimento público do seu ofício e por uma mais estreita comunicação com a sociedade.

ANA DELICADO

⁵ Uma dimensão importante associada a este estudo foi a discussão pública das suas conclusões, que serviu de pretexto para a organização da conferência internacional «A ciência ao encontro da sociedade», que decorreu na Fundação Gulbenkian em Abril de 2003. A par do debate em torno do presente livro, foram igualmente abordados os resultados das avaliações portuguesas e europeias da literacia e cultura científica e avaliadas as barreiras e o potencial de divulgação da ciência através dos *media* e outros meios interactivos.